

A MULTIPLICIDADE SEMÂNTICA DO VERBO ‘TER’ PLENO À LUZ DA SEMÂNTICA COGNITIVA

Diogo Pinheiro (UFRJ)
dorpinheiro@gmail.com

1. Primeiras palavras

Historicamente, a semântica lexical tem servido como arena de debates para visões muito diferentes, e em grande medida conflitantes, acerca de língua, linguagem e significado. De maneira um tanto esquemática, e inevitavelmente grosseira, é possível opor duas perspectivas. De um lado, as concepções formalistas se caracterizam, do ponto de vista filosófico-epistemológico, pela assunção de que o significado (ou pelo menos a parte linguisticamente relevante dele) está inerentemente associado à forma linguística. De outro lado, concepções (mais ou menos radicalmente) pragmáticas tendem a enxergar o sentido como o produto resultante de uma ação conjunta, vale dizer, uma negociação na qual interferem fatores os mais variados, como o conhecimento prévio dos interlocutores e determinações contextuais.

Dada a dominância histórica da concepção formalista, é natural que maioria esmagadora dos estudos sobre a multiplicidade semântica – entendida como o fenômeno segundo o qual uma mesma forma se vincula a mais de um uso ou sentido – procure responder a questões do tipo “quantos significados *tem* uma determinada palavra?”. Essa maneira de formular a questão é, evidentemente, compatível com a ideia de que o léxico tem o formato de um repositório de formas ao lado das quais são enumerados os significados correspondentes.

Essa visão não é, entretanto, a única possível. Como já se disse, outra possibilidade, que lentamente vem ganhando espaço nos últimos anos, muito em função dos sucessivos fracassos do projeto formalista no que tange à semântica lexical, é assumir que o significado de uma palavra é produto da interpretação – contingente e provisória em medida nada desprezível – do ouvinte ou leitor. No que

diz respeito especificamente ao problema da multiplicidade semântica, essa nova perspectiva provoca, no mínimo, uma inovação metodológica considerável: a partir dela, a descrição dos múltiplos sentidos ou usos associados a uma forma deverá ser considerada um problema empírico, já que será necessário avaliar de que maneira o ouvinte constrói processualmente os significados. Dessa forma, a detecção dessa multiplicidade não poderá mais ser deixada a cargo, meramente, da introspecção do pesquisador.

Embora tenha sido defendida pioneiramente por Sandra e Rice (1995), essa posição não tem encontrado terreno fértil no cenário dos estudos semânticos do português brasileiro – de agora em diante, PB (no que tange ao português europeu, seu êxito é um pouco mais significativo, mas ainda assim bastante limitado, ao menos do ponto de vista estritamente quantitativo). Neste trabalho, tais perspectivas filosóficas e metodológicas serão adotadas para a descrição da multiplicidade semântica do verbo ‘ter’ pleno do PB. Por ‘*ter*’ *pleno*, entendam-se os usos não modais e não auxiliares – o que exclui, portanto, casos como os seguintes:

- (1) **Você tem que me ajudar!**
- (2) **Ele tem encontrado dificuldade para ser ouvido.**

Tudo isso significa, na prática, que este trabalho procurará dar conta da multiplicidade semântica do ‘ter’ pleno do PB a partir de uma abordagem eminentemente empírica. Com essa abordagem, procuramos avaliar – através de testes de julgamento semântico – a percepção semântica de 79 falantes nativos do português brasileiro acerca dos usos e sentidos do ‘ter’ pleno.

Ademais, a fim de organizar e atribuir coerência aos resultados dos testes, recorreremos ao modelo de semântica lexical desenvolvido por Tuggy (1993; 2003). Fundamentado na gramática cognitiva (LANGACKER, 1987 e 1991), esse modelo permite representar, por meio de *redes esquemáticas*, o grau de proximidade semântica entre os diversos conceitos.

2. *Quantos sentidos tem essa palavra?*

Determinar o número de sentidos de uma palavra equivale, tradicionalmente, a fazer uma escolha entre as categorias de polissemia e vagueza. Historicamente, o conceito de vagueza tem recebido acolhida calorosa nas semânticas de inspiração formalista (cf. SILVA, 2006). Um exemplo paradigmático desse tipo de abordagem é Viotti (2003). Debruçando-se sobre o *ter* pleno do PB, a autora conclui que se trata de um verbo “totalmente subespecificado” (p. 235), com estrutura de evento “em si vazia de conteúdo semântico” (p. 238). Essa semântica inerentemente vaga seria, então, “especificada por composicionalidade, mais precisamente pela especificação de sua estrutura *qualia* pela estrutura *qualia* de outros constituintes” (p. 238).

Como lembra Taylor (2006), esse tipo de abordagem enfrenta um grande desafio: trata-se de obter uma formulação suficientemente geral para dar conta de todos os usos associados a uma palavra e suficientemente específica para não invadir o terreno conceptual de palavras semanticamente próximas. A alternativa contrária é aquela que tem sido perseguida pelos praticantes da Linguística Cognitiva (LC): privilegiar a polissemia, vale dizer, os usos concretos.

Não tardou, contudo, para que essa abordagem fosse posta sob ataque. Para Sandra e Rice (1995), o modelo das redes radiais se ressentia da ausência de um procedimento metodológico explícito capaz de conter a “proliferação descontrolada de distinções” (p. 91). O risco é o de que essa situação de “vagueza metodológica” (SANDRA; RICE, 1995, p. 90) conduza a uma “polissemia desenfreada” (CUYCKENS; ZAWADA, 2001). Um dos problemas causados por essa situação, e levantado inicialmente por Sandra e Rice (1995), diz respeito à realidade psicológica: como ter certeza de que o falante de fato armazena e/ou reconhece todas as representações conceptuais postuladas nas redes radiais?

Essas questões recolocam, ao fim e ao cabo, o problema central do tratamento da multiplicidade semântica: como determinar o grau ótimo de generalidade/especificidade na descrição do significado de uma palavra? Em virtude dos problemas verificados tanto com a abordagem abstracionista quanto com a abordagem das redes radi-

ais, uma saída possível é representar tanto os significados mais gerais quanto as acepções específicas.

Esta é a ideia por trás do modelo de Tuggy (1993, 2003). O autor assume que homonímia, polissemia e vagueza equivalem a pontos em um *continuum* de proximidade/afastamento semântico cujos extremos corresponderiam, de um lado, à situação na qual dois sentidos associados à mesma forma não guardam qualquer relação semântica (homonímia) e, de outro, à situação em que duas acepções são tomadas como mínimas variações contextuais de um único sentido (vagueza).

A inovação fundamental de Tuggy, porém, consiste em abordar a multiplicidade semântica a partir da noção de rede esquemática (LANGACKER, 1987 e 1991). Na gramática cognitiva, *esquema* é o nome dado a tudo que há em comum entre duas ou mais estruturas cognitivas; tais estruturas, por sua vez, serão as *elaborações* do esquema. O *insight* crucial de Tuggy consiste na ideia de que os diferentes pontos do *continuum* resultam de uma alternância de foco: quanto maior o foco sobre o esquema, mais próximo se está do polo da vagueza; inversamente, quanto maior o foco sobre as elaborações, mais próximo se está do polo da homonímia. Eis como o autor representa essa ideia:

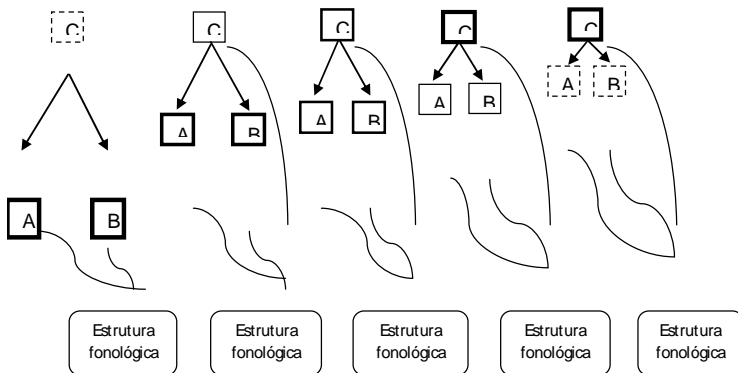


Figura 1: o *continuum* homonímia-polissemia-vagueza, segundo Tuggy (1993)

No diagrama acima, a letra C corresponde ao esquema, ao passo que A e B são suas elaborações. O extremo esquerdo, item a,

representa a homonímia absoluta; o extremo direito, item *e*, representa a vagueza absoluta. Da esquerda para a direita, a distância vertical entre C (de um lado) e A e B (de outro) vai se tornando menor, indicando a progressiva aproximação semântica entre as elaborações e seu esquema respectivo.

Além da progressiva aproximação conceitual entre as elaborações e o esquema, indicada pela distância vertical entre eles, a passagem da homonímia para a vagueza também se reflete no grau de saliência dos conceitos envolvidos. Quanto mais próximo se está da homonímia, mais salientes são as elaborações, e menos saliente os esquemas. Inversamente, conforme encaminhamos em direção à vagueza, os esquemas se tornam progressivamente mais proeminentes, ao contrário das elaborações. Essas mudanças ficam visualmente marcadas no esquema por meio das linhas ao redor de cada box, que podem ser tracejadas (vagueza) ou cheias e, sendo cheias, podem aparecer mais ou menos espessas, atingindo a espessura máxima no extremo esquerdo da homonímia.

Tipicamente, porém, uma mesma forma fonológica não exhibe apenas duas acepções. É comum que inúmeros usos/sentidos se distribuam por diversos pontos do *continuum*, de maneira a compor uma ampla e intrincada rede esquemática. Tuggy (1993) ilustra essa situação por meio do verbo *paint*:

Embora represente um avanço significativo no tratamento da multiplicidade semântica, a abordagem de Tuggy parece padecer da mesma dificuldade identificada por Sandra e Rice (1995) nos estudos baseados nas redes radiais: como ter certeza de que as representações propostas correspondem de fato ao conhecimento do falante?

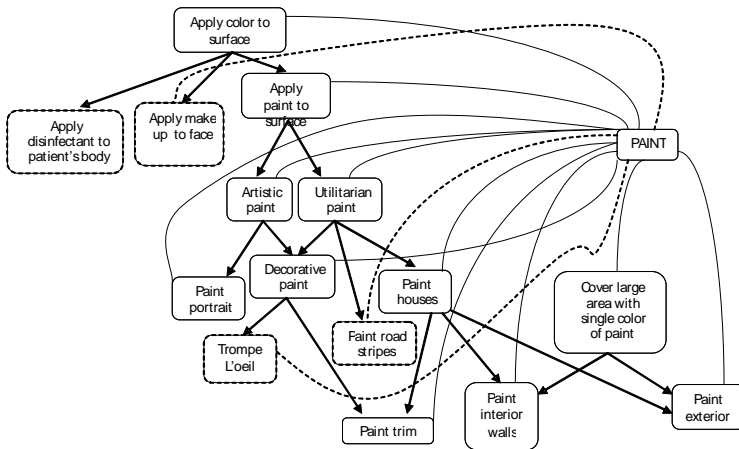


Figura 2: rede esquemática de *paint*, segundo Tuggy (1993)

3. A *testagem empírica*

Para avaliar a distância semântica entre os sentidos do *ter* pleno, aplicamos um teste de percepção a 83 falantes nativos do português brasileiro, todos com idade entre 18 e 20 anos. O teste consistia em 100 pares de sentenças nos quais uma mesma forma fonológica era necessariamente repetida. Destes, 33 nos interessavam diretamente – aqueles em que o segmento repetido correspondia a alguma forma do verbo *ter* – e os demais foram acrescentados para fornecer um parâmetro de comparação e para servir como distratores.

Cada par de sentenças vinha acompanhado de uma escala de 0 a 4, na qual se deveria marcar o grau de proximidade semântica percebida entre as formas idênticas: o grau 0 correspondia a homonímia (nenhuma relação), ao passo que 4 correspondia a vagueza (as duas acepções são tão próximas que são tomadas como um único sentido, com pequenas variações contextuais).

Nosso teste se inspira em experimento semelhante realizado por Silva (2006, cap. 6). Dos 83 testes, dois foram descartados por trazerem escalas marcadas duplamente, e dois foram descartados

porque traziam uma escala em branco. A tabela abaixo mostra a pontuação *média* atribuída a cada par de acepções.

ITEM	SENTIDOS / USOS	MÉDIA	CATEGORIA
1	Continência concreta / Locação concreta	2.4	Polissemia
2	Continência concreta/Continência abstrata	2.5	Polissemia
3	Continência concreta / Locação abstrata	2.2	Polissemia
4	Continência abstrata / Locação abstrata	2.4	Polissemia
5	Locação concreta / Locação abstrata	2.5	Polissemia
6	Continência concreta / Relação interpessoal	1.6	Polissemia / homonímia
7	Continência concreta / Ter algo à disposição	1.8	Polissemia / homonímia
8	Continência concreta / Propriedade	1.7	Polissemia / homonímia
9	Continência concreta / Apoiar, aderir	1.5	Polissemia / homonímia
10	Propriedade / Relação interpessoal	1.5	Polissemia / homonímia
11	Propriedade / Ter algo à disposição	1.5	Polissemia / homonímia
12	Propriedade / Experiência	1.3	Polissemia / homonímia
13	Propriedade / Apoiar, aderir	1.0	Polissemia / homonímia
14	Propriedade / Ser presenciado	1.0	Polissemia / homonímia
15	Ter algo à disposição / Apoiar, aderir	3.5	Polissemia / vagueza
16	Ter algo à disposição / Relação interpessoal	4	Vagueza
17	Ter algo à disposição / Ser presenciado	4	Vagueza
18	Ter algo à disposição para uso / Experiência	3.8	Vagueza / polissemia
19	Apoiar, aderir / Relação interpessoal	3.7	Vagueza / polissemia
20	Apoiar, aderir / Experiência	3.9	Vagueza / polissemia
21	Relação interpessoal / Ser presenciado	4	Vagueza
22	Relação interpessoal / Experiência	4	Vagueza
23	Apoiar, aderir / Posse-locação abstrata	3	Vagueza / polissemia
24	Relação interpessoal/Posse-locação abstrata	3.2	Vagueza / polissemia
25	Ter algo à disposição/Posse-locação abstrata	3.3	Vagueza / polissemia
26	Propriedade/Posse-locação concreta	3.8	Vagueza /

			polissemia
27	Posse-locação concreta/Posse-locação abstrata	1.8	Polissemia / homonímia
28	Propriedade / Posse-locação abstrata	1.3	Polissemia / homonímia
29	Continência concreta / Qualificativo	1	Polissemia / homonímia
30	Propriedade / Qualificativo	0.5	Polissemia / homonímia
31	Relação interpessoal / Qualificativo	1	Polissemia / homonímia
32	Possessivo-locativo concreto / Qualificativo	0.5	Homonímia
33	Possessivo-locativo abstrato / Qualificativo	1.5	Polissemia / homonímia

Tabela 1: resultados do experimento de percepção das acepções do *ter* pleno

Os resultados mostram que as diversas acepções do *ter* pleno se distribuem ao longo do *continuum* homonímia-polissemia-vagueza. Eis o panorama geral. Na parte de cima da Figura 3 – que abrange *continência concreta*, *continência abstrata*, *locação concreta* e *locação abstrata* –, estamos no domínio da polissemia (conforme 1 a 5 do Tabela 1). Abaixo e à direita, a maior parte dos usos irmanados sob o rótulo de *continência metonímica* aproxima-se da região da vagueza, conforme 15 a 26. A exceção fica por conta de *propriedade*, que se distancia dos usos ilustrados em 10 a 14. Finalmente, a acepção *qualificativa* tende a ser percebida como um uso homonímico em relação a diversos outros sentidos, com a média do grau de semelhança oscilando entre 0,5 e 1.8 (conforme 29 a 33).

A partir desses resultados, construímos a seguinte rede:

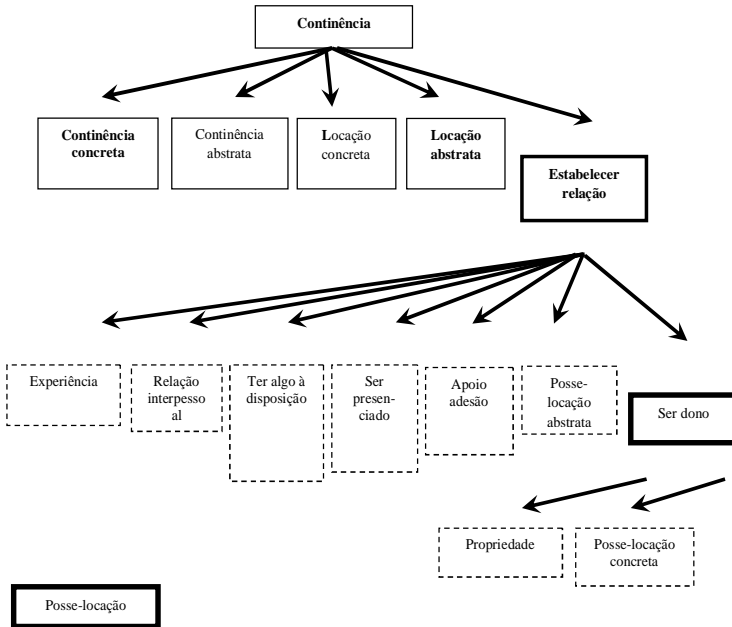


Figura 3: rede esquemática do *ter pleno* no PB

A linha mais forte indica o alto grau de saliência da acepção *julgar/considerar*. Esse sentido é percebido como muito distante da noção geral de *continência*, o que caracteriza, precisamente, a situação de (quase) homonímia refletida pelos índices 0.5, 1.0 e 1.8 nos itens 29 a 33 da Tabela 1.

Por outro lado, as linhas tracejadas mostram o baixo grau de saliência das acepções *experiência*, *relação interpessoal*, *ter algo à disposição*, *aderir/apoiar* e *manter, guardar abstratamente* em relação ao conceito mais geral glosado como *estabelecer relação*, o que caracteriza a (quase) vagueza revelada pelos itens 15 a 25.

Note-se também que a acepção *ser proprietário* se destaca desse grupo: embora fosse possível, em tese, incluí-la sob o rótulo genérico *estabelecer relação*, o falante, na prática, atribui a ela um nível especial de proeminência. A linha mais forte entre *estabelecer relação* e *ser proprietário* sinaliza a tendência à homonímia entre esses dois conceitos, como revelado pelos índices dos itens 10 a 14.

Por outro lado, a ideia geral glosada como *ser proprietário* parece mais saliente que suas elaborações – aquela expressa pelo verbo *possuir* (que não pressupõe qualquer informação acerca do armazenamento da coisa possuída) e o uso *possessivo-locativo concreto*, que parece acrescentar a ideia de armazenamento à noção de propriedade, aproximando-se do sentido de verbos como *manter*, *guardar*. Caracteriza-se, assim, uma tendência à vagueza, revelada pelo índice 3.8 em 26.

Nos demais casos, em que não há linhas fortes nem tracejadas, verificam-se diferentes graus de polissemia (conforme os índices dos itens 1 a 5). As acepções *continência concreta*, *continência abstrata*, *locação concreta* e *locação abstrata* são percebidas como distintas, mas ainda suficientemente próximas para que o esquema geral – apreendido como *continência* – possa ser reconhecido (o que aponta para um nível intermediário de saliência).

Dentre as acepções ligadas diretamente a *continência*, destoa bastante aquela glosada como *estabelecer relação*. Os índices de 6 a 9 mostram que os usos ligados a ela situam-se, em relação a *continência concreta*, entre a polissemia e a homonímia. Essa tendência é sinalizada pela linha mais forte no box correspondente e pela posição relativa de *continência* no diagrama.

4. Explicando a distância semântica percebida

Se as diversas acepções do *ter* pleno distribuem-se ao longo do *continuum* homonímia-polissemia-vagueza, cabe indagar que fatores atuam para aumentar ou diminuir a distância semântica percebida. Cinco fatores nos pareceram relevantes:

- (1) o número de processos cognitivos necessários para conectar dois significados: quanto mais processos forem necessários para encadear dois sentidos, maior a tendência de afastamento entre eles;
- (2) a natureza dos processos cognitivos necessários para conectar dois significados: processos que alteram a configuração semântica (topologia) do cenário inicial tendem a produzir uma sensação de maior afastamento semântico;

(3) a regularidade ou produtividade dos processos: quanto mais produtivo o processo, menor a sensação de afastamento gerada (como já observado por Silva, cap. 6);

(4) a estrutura argumental da construção em que a palavra se insere: quanto mais dessemelhantes as construções, maior o afastamento semântico percebido;

(5) o grau de proeminência cultural de cada conceito: quanto mais proeminente é o conceito, mais afastado ele se coloca em relação aos demais usos.

Nos itens 1, 2 e 4 da Tabela 1, as acepções de cada par são separadas por apenas um processo – realinhamento em 1 e 4, metáfora em 2. Nesses casos, o índice se mantém entre 2.4 e 2.5. Já em 3, dois processos (realinhamento e metáfora) separam as acepções, o que provavelmente explica o aumento da distância semântica percebida.

Analogamente, quando se compara a *continência concreta* com os usos da *continência metonímica*, nota-se um grau significativo de afastamento (conforme 6 a 9), que parece motivado pela existência de dois processos cognitivos: (metáfora e metonímia, conforme a Figura 3).

A mesma lógica se aplica aos itens 15 a 25. Nesses casos, os pares não foram separados por *nenhum* processo cognitivo. O resultado é uma pontuação média bastante elevada (entre 3.5 e 4), caracterizando uma nítida tendência à vagueza.

Além do número de processos conectando duas acepções, sua natureza também se mostra relevante. A metonímia parece produzir um afastamento semântico mais acentuado que a metáfora e o realinhamento. Tanto em 3 quanto em 6 a 9, há dois processos envolvidos. Contudo, no primeiro caso, em que estão presentes realinhamento e metáfora, a pontuação média foi 2.2, ao passo que, no segundo, com metáfora e metonímia, a média oscilou entre 1.5 e 1.8. Atribuímos essa diferença ao fato de que apenas metonímia altera a topologia do cenário experiencial que sustenta a rede. Se o realinhamento e a metáfora preservam um locativo (como sujeito) e um objeto locado (como objeto direto), a substituição metonímica destrói essa configu-

ração, contribuindo, presumivelmente, para aumentar a sensação de afastamento semântico.

Nos itens 10 a 14, o grau de semelhança semântica percebida é baixo a despeito da ausência de processos conectando as acepções. É possível que esse fenômeno reflita a proeminência alcançada pela noção de *propriedade*, sentida pelos falantes como o significado “verdadeiro” de *ter*. Pode-se entender que *propriedade* atua como o protótipo da categoria formada pelo conjunto de usos de *ter* – como já intuía Langacker (1991, p. 171) em relação à categoria de Posse.

Tudo indica, em suma, que o falante identifica dois blocos dentro da *continência metonímica*: de um lado, *propriedade*; de outro, os demais usos, que se colocam em oposição a *propriedade*. Esses usos são sentidos como próximos ou mesmo idênticos entre si, ao mesmo tempo em que todos estão significativamente afastados da noção de *propriedade* (com pontuação 1.0 ou 1.5).

Outro indicador da prototipicidade de *propriedade* aparece em 26 a 28. A *posse-locação concreta* foi julgada mais próxima de *propriedade* do que da sua contraparte metafórica direta – a *posse-locação abstrata*. Por ser prototípica, a noção de *propriedade* é aquela com a qual as outras acepções são comparadas e em relação à qual são avaliadas. Como a *posse-locação concreta* pressupõe a *propriedade*, o fenômeno se repete, com o surgimento de dois grupos claramente delimitados. De um lado, as acepções *propriedade* e *possessivo-locativo concreto*, com grau de proximidade semântica bastante elevado (média de 3.8); de outro lado, o uso *possessivo-locativo abstrato*, afastado dos outros dois.

Por fim, a acepção *qualificativa* é a que mais se afasta dos demais usos de *ter*, de modo que os pares 29 a 33 são os que mais se aproximam do extremo esquerdo do *continuum*. Isso não pode ser atribuído apenas ao número e à natureza dos processos envolvidos, já que tanto a acepção *qualificativa* quanto a *posse-locação abstrata* resultam igualmente de quatro passos encadeados (Fig. 3).

Mas há uma diferença: o uso *possessivo-locativo abstrato* resulta de uma metáfora ontológica (LAKOFF; JOHNSON, 1980), processo regular e produtivo; o uso *qualificativo* resulta de uma metáfora menos generalizada: ESTADOS SÃO LUGARES (LAKOFF;

JOHNSON, 1980). Como já mostrou Silva (2006), processos produtivos produzem a percepção de aproximação semântica. Além disso, deve-se considerar que, entre a *posse-locação concreta* e a *abstrata*, a metáfora não produz uma nova construção gramatical, ao contrário do que ocorre no caso do uso qualificativo. A semântica da nova construção parece também influenciar na percepção do significado de *ter*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUYCKENS, H.; ZAWADA, B. *Polysemy in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Vol. 1. Stanford: University Press, 1987.

_____. *Foundations of cognitive grammar: descriptive application*. Vol 2. Stanford: University Press, 1991.

SILVA, A. Soares da. *O mundo dos sentidos em português*. Coimbra: Almedina, 2006.

TAYLOR, J. Polysemy and the lexicon. In: KRISTIANSEN, G.; ACHARD, M.; DIRVEN, R.; IBÁÑEZ, F. J. R. de M. (Eds.). *Cognitive Linguistics: current applications and future perspectives*. Berlin New York: Mouton de Gruyter, 2006.

TUGGY, D. Ambiguity, polysemy and vagueness. *Cognitive Linguistics* 4(3): 273-290, 1993.

_____. The Nawatl verb *kisa*: A case study in polysemy. In: CUYCKENS, H.; DIRVEN, R.; TAYLOR, J (Eds.). *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin New York: Mouton de Gruyter, 2003.

VIOTTI, E. C. A composicionalidade nas sentenças com o verbo *ter*. In: MÜLLER, A. L., NEGRÃO, E. V., FOLTRAN, M. J (Orgs.). *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003.